



Índice

- 01** Índios invadem novamente comunidade em Sananduva
- 02** Cerca de 600 mil índios brasileiros não têm certidão de nascimento
- 03** Cerca de 300 Índios prometem bloquear BR-060 na Serra de Maracaju em protesto a morte de jovens
- 04** Questão Indígena: Índios dizem que novas invasões em Sananduva-RS são para pressionar o Governo
- 05** Deputada considera grave que nenhum índio tenha sido indenizado pelos crimes da ditadura
- 06** Pedro Taques defende marco temporal para demarcação de terras indígenas
- 07** Brasil quer erradicar sub-registro até o final do ano, diz Ideli Salvatti
- 08** Nota de Repúdio do Grupo Tortura Nunca Mais - Bahia pela Prisão do Cacique Babau Tupinambá
- 09** O presente do Papa está preso
- 10** Estamos caminhando para um extermínio "legal" dos indígenas
- 11** Nota Pública da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia em apoio ao Cacique Babau
- 12** Carta de Apoio da Associação Ybytyra Poranga ao Cacique Babau



- 13** Projeto apoiado pelo Fundo Dema consegue parceria do Ideflor para reflorestamento de áreas de território quilombola em Monte Alegre
- 14** Ibama desmonta garimpos ilegais em terra indígena Kayapó, no Pará
- 15** Quilombolas são ouvidos em consulta pública sobre projeto da Vale
- 16** MANIFESTAÇÃO: ÍNDIOS FECHAM ESCRITÓRIO DA FUNAI EM GUAJARÁ-MIRIM
- 17** Polícia Civil confirma que morte de agricultores em confronto com índios foi causada por armas de fogo
- 18** Dois agricultores são mortos por índios em conflito agrário no RS
- 19** Índios são enforcados em distrito de Ilhéus, no sul do estado
- 20** IPHAN distribuirá R\$ 1 milhão em prêmios para ações de preservação, valorização e documentação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
- 21** Disputas por posse de terra no Brasil mataram 15 índios em 2013, diz CPT
- 22** Indígenas bloqueiam rodovia de MS em protesto, diz polícia
- 23** "O momento anti-indígena", na Unicamp, dia 30 de abril, às 16h
- 24** Quilombolas protestam na porta do TJMG, no Centro de BH
- 25** Protesto de integrantes de ocupação quilombola movimenta TJMG
- 26** Comissões têm pressa em apurar crimes contra povos indígenas
- 27** Povo Munduruku convoca governo federal para discutir território indígena



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

-
- 28** Nota Pública da ARPINSUL sobre o conflito que vem ocorrendo entre agricultores e indígenas
 - 29** O cinema chega aos assentamentos rurais e quilombos
 - 30** Sem interlocutores do DNIT, Índios mantém bloqueio de rodovia na “curva da morte”



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Índios invadem novamente comunidade em Sananduva

SÍTIO RÁDIO SANANDUVA, 28.04.2014

Novamente indígenas voltaram a invadir a Comunidade do Bom Conselho no interior do município de Sananduva. A invasão ocorreu ontem, domingo (27.04). Dezenas de indígenas encontra-se no salão da Comunidade.

Segundo informações dos moradores daquela localidade, o fato foi comunicado as autoridades policiais, porém, até o momento o policiamento no local é inexistente. Ainda, segundo os moradores, não foi registrado conflito até o momento e os acessos a Comunidade não estão bloqueados.

O salão da comunidade pertence a uma Associação dos Moradores residentes naquela localidade.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Cerca de 600 mil índios brasileiros não têm certidão de nascimento

SÍTIO RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL EBC, 28.04.2014

É alto o número de indígenas sem o registro civil de nascimento. O Censo de 2010 aponta que, enquanto 98 % da população, em geral, afirma ter o documento, apenas 67 % dos índios tiveram acesso ao registro.

A maior parcela dos sem registro está no norte do país. Na região, o estado com o maior déficit é o Amazonas, onde pelo menos 2 mil e 500 indígenas, de zero a 10 anos não são registrados. Em Roraima e no Pará o número de crianças indígenas sem registro também está na casa dos dois mil.

Cerca de 300 Índios prometem bloquear BR-060 na Serra de Maracaju em protesto a morte de jovens

SÍTIO REGIÃO NEWS, 28.04.2014

Guerreiros, estudantes e líderes das comunidades Cabeceira; Água Branca; Taboquinha e Brejão vão interditar a rodovia no início da serra.



Cerca de 300 Índios prometem bloquear BR-060 na Serra de Maracaju em protesto a morte de jovens Foto: Marcos Tomé/Região News

Indígenas de pelo menos quatro comunidades da cidade de Nioaque, prometem bloquear a rodovia BR-060 a partir das 7 horas da manhã desta terça-feira, dia 29, em protesto as mortes de dois jovens na Serra de Maracaju. Darley Mello da Silva, de 17 anos e Oscar Marques da Silva, 21, morreram em um grave acidente na conhecida "curva da morte", no início da tarde do último sábado (26).

Os dois jovens residiam na comunidade Taboquinha, em Nioaque, onde também moram outras cinco vítimas. Os indígenas que se envolveram no acidente estavam voltando da Fazenda Santa Fé, município de Sidrolândia, num caminhão carregado com telhas, doadas para cobrir um barracão na Aldeia.

Guerreiros, estudantes e líderes das comunidades Cabeceira; Água Branca; Taboquinha e Brejão vão interditar a rodovia no início da serra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.



Eles prometem só liberar a pista depois que representantes do Governo do Estado e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), assumirem compromisso de mudar traçado da rodovia eliminando a famigerada “curva da morte”.

“Até quando vidas serão perdidas neste trecho da estrada. Estamos vendo nossos filhos, famílias e pessoas de nosso convívio perder a vida e ninguém faz nada”, critica uma das lideranças da Aldeia Água Branca, entrevistada pelo regiaonews.



Questão Indígena: Índios dizem que novas invasões em Sananduva-RS são para pressionar o Governo

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 28.04.2014

A página oficial do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização ligada à igreja católica que apoia invasões de terras por indígenas, acaba de informar que as novas invasões em Sananduva, ocorridas durante o final de semana, são para pressionar o Governo a demarcar terras no Rio Grande do Sul. O Cimi avisa que se sangue for derramado, a responsabilidade é do Governo Federal. De acordo com informações do Cimi, índios Kaingang da TI Passo Grande do Rio Forquilha, localizada no município de Sananduva (RS) ocuparam a capela da comunidade de Bom Conselho e parte da sede onde residem alguns pequenos agricultores.

Os índios anunciaram de forma definitiva que não sairão mais do local. Numa ação coordenada, indígenas de outras aldeias Kaingang como TI Kandóia, localizada no município de Faxinalzinho e a TI Rio dos Índios, localizada no município de Vicente Dutra passaram a trancar rodovias vicinais de acesso isolando as sedes dos municípios. A ação atinge também o município de Chapecó, em Santa Catarina.

Os índios dizem que demarcarão as terras e expulsarão os agricultores com as próprias mãos se suas demandas não foram atendidas imediatamente. Os índios exigem a conclusão da demarcação e a expulsão dos colonos não indígenas das áreas kaingang de Passo Grande do Rio Forquilha, Kandóia e Rio dos Índios; assim como as áreas guarani de Irapuá, em Caçapava do Sul.

Em sua página o Cimi "reitera seu irrestrito apoio aos povos indígenas. O Cimi diz ainda que, se houverem conflitos, todo sangue indígena derramado será responsabilidade do Governo Federal, especialmente do ministro da Justiça.

Nós do Questão Indígenas ficamos imaginando de quem será a responsabilidade pelo sangue não indígena derramado.



Deputada considera grave que nenhum índio tenha sido indenizado pelos crimes da ditadura

SÍTIO PSB40, 28.04.2014

A deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP) propôs que neste Dia do Índio, aos 50 anos do golpe militar, é preciso “refletir sobre o genocídio dos povos indígenas no período da ditadura política de Estado com consequências graves até hoje. A ditadura capitalista reforçou o preconceito e o extermínio desses povos em nome do progresso, para atender os setores mais atrasados do latifúndio, da indústria, dos meios de comunicação e dos militares, os golpistas”, registrou. A deputada integra a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e a Comissão Especial que analisa a PEC 215/2000.

Em discurso no Plenário da Câmara, lembrou que “a Comissão Nacional da Verdade afirma que 8 mil índios foram mortos. Um campo de concentração chegou a ser mantido pela FUNAI em Minas Gerais para punir rebelados. Índios de sul a norte foram expulsos e fugiram para países vizinhos. Os que resistiam eram mortos ou confinados em reservas. A demora na demarcação das terras e o falso argumento de que essas áreas são improdutivas continuam até hoje. É grave que nenhum índio, aldeia ou povo tenha sido indenizado pela violência da ditadura e do capital privado”.

A socialista denunciou, ainda, o loteamento de cargos públicos que deveriam servir para cuidar da saúde dos povos indígenas. “Outra herança maldita é o desprezo de alguns setores mais atrasados. No Amapá a saúde indígena está falida por que a administração da CASAI está nas mãos do PMDB. O dinheiro é mandado pelo Governo Federal, mas nunca chega aos índios”.

Para a deputada amapaense, que foi exilada política, enquanto o Brasil não recuperar a verdade e não fizer a reparação histórica dos crimes da ditadura militar contra os povos indígenas, “o discurso anti-indigenista das forças que deram o golpe civil-militar se perpetua”. “No Congresso – prosseguiu – a grilagem, as milícias, o confinamento, viram proposições legislativas que devem ser arquivadas. É urgente que a sociedade brasileira corrija essa agressão. A demarcação de todas as suas terras é uma indenização mínima pelos crimes cometidos contra eles antes, durante e depois da ditadura”.

Por outro lado, Janete reafirmou o compromisso do Governo do Estado do Amapá com os direitos, a dignidade e a inclusão permanente dos cidadãos indígenas. O Governador Camilo recebeu, mais uma vez, pela passagem do Abril Indígena, no Palácio do Setentrião, 300 lideranças indígenas para debater suas demandas. Gestores indígenas cuidam da implantação de políticas públicas específicas.

Sizan Luis Esberci - Assessoria de Imprensa da deputada Janete Capiberibe (PSB/AP)



Pedro Taques defende marco temporal para demarcação de terras indígenas

SÍTIO PEDRO TANQUES SENADOR, 28.04.2014

O senador Pedro Taques (PDT) defende a criação de um marco temporal para a demarcação de novas terras indígenas. Para o pedetista, esse marco é a Constituição Federal de 1988, seguindo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, em 2009.

O senador voltou a defender a tese nesta segunda-feira (28.04) durante audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados, coordenada pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), realizada em Cuiabá e que analisa a Proposta de Emenda à Constituição 2015/00.

A proposta, se aprovada, permitirá que o Congresso Nacional também participe de todo o processo das demarcações de terras indígenas. Hoje apenas Fundação Nacional do Índio (Funai) tem essa prerrogativa.

Além do marco temporal, o senador também defende Projeto de Lei 417/2011, que tramita no Senado, o qual pretende impor que a demarcação de terra indígena seja precedida de estudos técnicos que atestem o efetivo caráter indígena da comunidade interessada. Essa proposição, após emendas, também incluiu um marco temporal para definição da terra tradicionalmente indígena.

Entre os pontos da decisão do STF no caso Raposa Serra do Sol, fica definido a data de promulgação da Constituição de 1988 como base para se definir a ocupação e a propriedade das terras. Em resumo, se os indígenas estavam na terra em 1988, não há que se discutir a propriedade, sendo constitucionalmente terra tradicional.

Para o senador, é preciso assegurar o direito de propriedade, mas sem ofender os direitos dos índios. "Hoje o que vemos é um contraste. Fazendas produzindo riqueza e do outro lado, reservas com índios morrendo de fome e de doenças banais por total incompetência da Funai e da Funasa. Além do seu território, os índios precisam de políticas públicas eficientes por parte do governo federal".

Fonte: Assessoria senador Pedro Taques



Brasil quer erradicar sub-registro até o final do ano, diz Ideli Salvatti

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 28.04.2014

De acordo com a ministra, das 600 mil crianças no país com até 10 anos de idade sem certidão de nascimento, mais da metade são indígenas



Segundo a ministra, o estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem mais de 20 mil pessoas sem registro

Com mutirões voltados para comunidades indígenas e cidades com maiores índices de crianças sem registro de nascimento, o governo pretende alcançar, até o final deste ano, o status de livre do sub-registro, disse a ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, no Programa Bom dia, Ministro.

De acordo com a ministra, das 600 mil crianças no país com até 10 anos de idade sem certidão de nascimento, mais da metade são indígenas. Para intensificar as ações nas aldeias, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Fundação Nacional do Índio (Funai) assinam nesta segunda-feira (28/4) um acordo que prevê, entre outros pontos, repasse de recursos para viabilizar o registro das crianças indígenas nas próprias comunidades.

“Estamos com esse trabalho para eliminar o sub-registro até o final do ano. Já fizemos campanhas nacionais que tiveram muito impacto. Agora, estamos em outro momento, em que identificamos onde estão localizadas as regiões com maior número

de pessoas sem registro e os locais com piores índices, onde serão feitos mutirões”, disse Ideli no programa produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) Serviços, em parceria com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dez anos, entre 2002 e 2012, o Brasil reduziu a taxa de crianças com até 10 anos sem registro de 20,3% para 6,7%. Para as Nações Unidas, os países são considerados livres do sub-registro quando alcançam o percentual mínimo de 5% da população sem certidão de nascimento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Segundo Ideli Salvatti, o estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, tem mais de 20 mil pessoas sem registro. "Em Japorã, 63% das crianças até 10 anos não têm registro", alertou a ministra. De acordo com ela, apesar de ter reduzido significativamente o número de crianças sem registro, o Maranhão ainda tem 38 mil crianças até 10 anos de idade sem certidão de nascimento. Em Goiás, o número chega a 6 mil crianças.

"As pessoas não podem ter qualquer dúvida [sobre o registro]. Não há pagamento, não há pena [por não ter o documento]. A maior penalidade é o fato de a criança não ter acesso a nenhum benefício e não poder ter a plenitude como cidadã. Não tem penalidade maior do que essa", frisou a ministra.

No Programa Bom dia, Ministro, Ideli Salvatti ressaltou que o país avançou no registro das crianças, padronizando a certidão de nascimento e incentivando a instalação de cartórios dentro das maternidades. Agora, disse Ideli, o trabalho está sendo desenvolvido no sentido de unificar e interligar o cadastro nacional. "[Isso] é fundamental para combater fraudes. São bilhões perdidos todos os anos por não termos um sistema unificado."



Nota de Repúdio do Grupo Tortura Nunca Mais - Bahia pela Prisão do Cacique Babau Tupinambá

SÍTIO CEDEFES, 28.04.2014

O PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, fruto de um convênio tripartite firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia (SJCDH/BA) e a entidade Gestora, o Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTNM/BA), vem, publicamente, manifestar o seu repúdio a prisão do Sr. Rosivaldo Ferreira da Silva, o Cacique Babau Tupinambá, bem como a criminalização sofrida pelos indígenas da etnia Tupinambá no Sul da Bahia.

O PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, fruto de um convênio tripartite firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia (SJCDH/BA) e a entidade Gestora, o Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTNM/BA), vem, publicamente, manifestar o seu repúdio a prisão do Sr. Rosivaldo Ferreira da Silva, o Cacique Babau Tupinambá, bem como a criminalização sofrida pelos indígenas da etnia Tupinambá no Sul da Bahia.

O Cacique Babau, líder indígena, defensor de Direitos Humanos, conhecido e premiado internacionalmente por sua luta pela demarcação do território Tupinambá e pelos direitos das populações tradicionais no Brasil, foi incluído no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Bahia (PPDDH/BA), no ano de 2010.

Babau recebeu o convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para representar os indígenas brasileiros, na Missa em Ação de Graças pela canonização de São José de Anchieta, realizada no dia 24 de abril de 2014, às 18h, na Igreja de Santo Inácio, em Roma, presidida pelo PAPA FRANCISCO.

No dia 16 de abril de 2014, Rosivaldo esteve na Polícia Federal de Brasília para a emissão do seu passaporte e em menos de 24 horas teve o seu passaporte suspenso diante da existência de um mandado de prisão expedido pelo Juiz Substituto da Vara Criminal de Una na Bahia. Cabe o registro que o inquérito foi concluído há mais de 60 dias, tendo sido ouvido apenas as testemunhas de acusação, ou seja, nenhum dos acusados pôde registrar a sua defesa.

Muito surpreende a este Programa o fato deste mandado coincidir com a ocasião da viagem do Cacique Babau ao Vaticano, uma vez que os objetivos do Cacique em nada se assemelham a uma viagem turística. Babau portava um documento com o registro de violações aos povos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

indígenas Tupinambás, endereçado ao Vaticano na figura do Papa Francisco, numa busca por Justiça. Por que, um dia após a emissão do passaporte do Cacique, que iria denunciar a perseguição sofrida pelo seu povo, as autoridades da região resolvem pedir a prisão temporária de Rosivaldo? Questionamos também o porque de, em princípio, terem divulgado que o motivador da prisão eram mandados referentes a processos do ano de 2010, já investigados e ARQUIVADOS.

Esta equipe vem acompanhando o Defensor desde o ano de 2010 e se escandaliza frente ao histórico de prisões ilegais, bem como da criação de um personagem 'onipotente', 'onipresente' e ameaçador que seria o Cacique Babau, tendo chegado ao absurdo de um jornalista o ter comparado a um novo Lampião.

DIANTE DOS FATOS O GTNM-BA E O PPDDH REPUDIAM A TENTATIVA DE IMPEDIR QUE SE CONHEÇA, NO BRASIL E NO MUNDO, A LUTA DOS ÍNDIOS PELA RECUPERAÇÃO DO SEU TERRITÓRIO.

Fonte: grupo Tortura Nunca Mais - Bahia



O presente do Papa está preso

SÍTIO CEDEFES, 28.04.2014

Colorido. Impossível não fazer referência à bandeira do Brasil. Um belo cocar era o presente que Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau Tupinambá, daria ao Papa Francisco por ocasião do encontro que ocorreria na quinta-feira, 24, em Roma, durante celebração relativa à canonização de Padre Anchieta. Em vez de encontrar-se com o Papa, Babau foi preso no Brasil. Não poderia haver cenário mais simbólico e emblemático da história deste povo e das denúncias que seriam feitas pessoalmente por Rosivaldo a Francisco.

Desde os primórdios da colonização, os Tupinambá enfrentam as consequências perversas do processo de invasão e exploração de suas terras. A légua de corpos de Tupinambá matados no ataque etnocida comandado por Men de Sá, em 1559, na praia do Cururupe, extremo norte da terra indígena Tupinambá de Olivença, não foi o único episódio macabro e marcante na história deste povo e do Brasil. A resistência Tupinambá à invasão de suas terras foi “razão” para o Estado brasileiro prender, levar para o Rio de Janeiro, matar e fazer desaparecer para sempre o corpo do líder Marcelino, na década de 1930. A luta contemporânea e cotidiana dos Tupinambá pela reconquista de ao menos parte de seu território tem “motivado” novo processo de matança e criminalização contra esse povo e seus líderes em especial. Somente nos últimos meses, ao menos oito Tupinambá foram assassinados na região.

Babau é um dos símbolos da resistência Tupinambá contemporânea. Memória viva de um povo legítimo sujeito de terras ancestrais na região sul da Bahia. Esse fato é a “razão” do Estado brasileiro ter prendido Babau neste dia 24 de abril de 2014, nos 514 anos e dois dias da fatídica invasão. Uma prisão totalmente descabida e injusta. Símbolo da ação do Estado hegemônico contra os Tupinambá e contra os povos originários nestes cinco séculos.

O risco de Babau ser morto, como muitos de seus antepassados, é real. A prisão pelo Estado brasileiro pode ser apenas um meio para tanto. Babau tem plena consciência disso. Mesmo assim, decidiu se apresentar voluntariamente ao Estado brasileiro. Seu argumento é simples: Tupinambá não foge da luta. Mesmo que para tanto seja necessário enfrentar até a própria injustiça.

Por evidente que é, Babau tem plena e legítima razão. Não há outra maneira de se construir a Justiça a não ser enfrentando e vencendo a injustiça.

Babau está preso e preso com Babau está o presente do Papa.

Fonte: Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário - Cimi



Estamos caminhando para um extermínio "legal" dos indígenas

SÍTIO CEDEFES, 28.04.2014

Estamos caminhando para um extermínio "legal" dos indígenas, diz dom Erwin

Dom Erwin Kräutler, presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e bispo na prelazia do Xingu concedeu uma entrevista ao O SÃO PAULO, quando estava em Altamira, Estado do Pará, onde passa a rodovia Transamazônica. Ele foi recebido pelo papa Francisco, no último dia 04 de abril, para uma audiência cujo tema principal eram as violações aos direitos indígenas no Brasil.

O bispo, que, junto ao assessor teológico do Cimi, padre Paulo Suess, entregou ao Papa um documento com um relatório sobre a questão indígena no Brasil, foi convidado por Francisco para uma colaboração estrita na elaboração de uma nova encíclica sobre ecologia.

JOSP – Como o senhor avalia o interesse do Papa e da Igreja em todo o mundo pela questão indígena brasileira?

Dom Erwin – O Papa disse em seu discurso aos bispos do Brasil, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, que a Amazônia é um "teste decisivo para a Igreja e a sociedade brasileiras". Penso que o mesmo pode ser dito a respeito da questão indígena, que nos desafia a todos e requer uma resposta de compromisso da Igreja para com esses povos, sempre colocados de escanteio e considerados pelo sistema econômico como "supérfluos" e "descartáveis" (Cf. DAp 65) porque "não produzem".

JOSP – Mesmo com apoio de parte da mídia e todas as manifestações, o "genocídio silencioso" dos povos Guarani e Kaiowá, no Estado do Mato Grosso do Sul, continua. Quem deve assumir esta causa para que tenha um fim?

Dom Erwin – Esse caso já brada aos céus. Quanto tempo já passou e nada foi resolvido! Falta vontade política. Quantos indígenas têm que morrer ainda até que os parâmetros constitucionais sejam cumpridos. A razão de tanta demora em solucionar a questão são os interesses do agronegócio, é a soja, é a cana de açúcar, é o boi, que, para os governos federal e estadual, são sinônimos de progresso e desenvolvimento.

JOSP – Petróleo, açúcar, gado, hidrelétricas, mineradoras são algumas das ameaças aos indígenas. Mas, poderíamos detectar uma ameaça principal?

Dom Erwin – O problema subjacente à marginalização dos povos indígenas é um conceito equivocado de desenvolvimento. Se desenvolvimento é entendido apenas como crescimento econômico e aumento das exportações, aí, o índio é considerado estorvo, obstáculo, empecilho

CONT.



e atrapalha. Por isso, ele tem que desocupar suas terras, cair fora. Se ele defender os seus direitos, corre risco de vida e um povo todo é ameaçado em sua sobrevivência não apenas cultural, mas também física. Aí acontece o "genocídio silencioso". Se, ao contrário, entendemos desenvolvimento como melhor qualidade de vida para todos, então os indígenas são valorizados e sua sabedoria milenar considerada uma riqueza para todo o Brasil.

JOSP – O papa Francisco o chamou para contribuir em uma encíclica sobre ecologia. O senhor poderia detalhar um pouco mais o conteúdo e objetivo da encíclica?

Dom Erwin – O Papa me falou no dia 04 de abril que pretende escrever uma encíclica sobre a ecologia e já encarregou o cardeal africano Peter Turkson, presidente do Pontifício Conselho Justiça e Paz, a preparar um esboço. Ainda não há detalhes. O Papa apenas frisou que o tema será abrangente e incluirá "também a ecologia humana".

Falei então para ele que a Amazônia, devido à sua vocação específica no planeta Terra, não poderia faltar nesta encíclica como também os povos indígenas deveriam ser lembrados. Disse ainda a ele que, no dia anterior, havia prometido minha contribuição nesse sentido ao cardeal Turkson. Aí o Papa agradeceu minha disponibilidade de colaborar.

JOSP – Poderíamos dizer que o Brasil caminha para um extermínio legal indígena?

Dom Erwin – Lamentavelmente, se os rumos não mudarem, estamos caminhando para um extermínio "legal". As Portarias 419/11 e 303/12 e o Decreto 7957/13 do Poder Executivo, as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) 215/00, 038/99 e os Projetos de Lei 1610/96 e 227/12, do Poder Legislativo, e o instrumento das "Suspensões de Segurança", do Poder Judiciário, vão nessa direção.

Creio que a mais perigosa ameaça aos povos indígenas é a PEC 215, em que a bancada ruralista quer arrancar do Executivo a prerrogativa de demarcar áreas indígenas que é um processo técnico que exige estudos antropológicos, etnológicos, cartográficos, para determinar se uma área é terra indígena ou não. Esses estudos não podem ser submetidos a uma votação no Congresso. Pior, essa bancada ruralista quer mudar a Constituição Federal em relação aos povos indígenas. Essa onda anti-indígena no Congresso Nacional é um tremendo retrocesso e arranha a imagem do Brasil no exterior.

JOSP – E sobre a não demarcação de terras indígenas nos últimos anos. Que prejuízos esta ação do governo tem causado e pode causar nos próximos anos?

Dom Erwin – A paralisação das demarcações perpetua conflitos e violências contra os povos indígenas. A demarcação de todas as áreas indígenas no Brasil deveria ter sido concluída já em 1993, pois a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o prazo de cinco anos para esses procedimentos. Das 1.046 áreas indígenas no Brasil apenas 464 são homologadas ou registradas ou então declaradas como tais. Quer dizer apenas 44,3% do total. Uma área indígena não demarcada escancara as portas para todo tipo de invasão, conflito e violência.

JOSP – Belo Monte é um caso emblemático de desrespeito às populações locais em vista de um grande projeto. Como estão vivendo as populações afetadas?

CONT.



Dom Erwin – Acabo de receber a notícia de que “a Justiça Federal obrigou a Norte Energia S.A. a cumprir uma das condicionantes indígenas da usina de Belo Monte, que trata da proteção territorial das Terras Indígenas impactadas pelo intenso fluxo de migrantes que a obra atraiu para a região. Essa condicionante está com várias pendências e, de acordo com o juiz Frederico de Barros Viana, a falta de proteção territorial pode ‘ocasionar prejuízos irreversíveis às comunidades indígenas afetadas pelo empreendimento hidrelétrico’”.

Essa medida judicial, lamentavelmente, chega tarde demais, pois o estrago já está feito. Todas as condicionantes elencadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e a Funai (Fundação Nacional do Índio) deveriam ter sido cumpridas antes da instalação do canteiro de obras. O governo passou por cima de toda e qualquer legislação para dar início às obras e sempre mandou derrubar em tempo recorde qualquer liminar em favor dos índios, dos ribeirinhos, dos colonos que vivem na área atingida ou das famílias diretamente afetadas na cidade de Altamira. As comunidades indígenas já são desmanteladas e aplicar só agora medidas de proteção não passa de um paliativo póstumo. Belo Monte, para o governo, é indiscutível, doa a quem doer! Essa é a realidade nua e crua.

JOSP – E sobre os indígenas urbanos? Em São Paulo, por exemplo, os Guaranis no Jaraguá, à beira de uma rodovia, estão confinados a um espaço pequeno, sendo privados de sua dignidade. Como favorecer que eles mantenham sua cultura e tradição numa megalópole?

Dom Erwin – A questão dos índios urbanos dá dó. É um dos maiores problemas para toda a Pastoral Indigenista. Sabemos que é impossível aos índios manterem sua cultura num ambiente fora das suas aldeias. As influências que sofrem em cidades grandes ou megalópoles, como São Paulo, são negativas para uma comunidade indígena porque qualquer cultura é vinculada ao habitat tradicional de um povo e uma vez perdido esse laço com a terra permanecem apenas recordações “daquele tempo de aldeia”.

A língua, que é expressão da cultura, em pouco tempo se perde. Os filhos que nascem na cidade não a falam mais. O que se pode fazer é reunir os membros deste ou daquele povo e ajudá-los em termos de habitação, educação, saúde, segurança. No mundo urbano, os índios quase sempre são estigmatizados, tratados como párias. Vivem numa “periferia existencial”, como nosso Papa Francisco se expressa.

JOSP – O senhor já relacionou o Pessach à migração indígena em busca da terra sem males?

Dom Erwin – Páscoa não é fato consumado, Páscoa é sempre caminho aberto. Conto uma história: Há milhares de anos, os índios viviam em terras doadas por Deus. Não se rebelaram contra Deus. Pelo contrário, sempre prestavam culto a Deus, dançaram e cantaram já de madrugada seus salmos milenares e Lhe agradeciam pelo sol que sempre nasce de novo. Muitos séculos passaram e um dia levantou-se o esquadrão de Caim e começou a matar um Abel atrás do outro.

Alguns fugiram e passaram a viver no exílio, na imundície das beiras de estrada ou favelas. O esquadrão de Caim comemorou, pois, para ele, cada Abel é um demais. E Deus viu essa desgraça, ouviu o clamor dos índios, desceu, chamou os Caim e perguntou pelos índios. E os Caim se zangaram com Deus e responderam: “Acaso somos responsáveis por esses índios? Acaso somos guardas desses miseráveis que ocupam terras férteis que poderíamos explorar

CONT.



para plantar soja, cana de açúcar ou transformar em pasto?” Aí Deus exclamou: “Ouço o sangue de seus irmãos do solo clamar por mim” (cfr. Gn 4,10). E Deus enviou o seu Filho para salvar os índios. No entanto, o esquadrão de Caim matou também o Filho de Deus. Mas seu Sangue derramado despedaçou as armas do esquadrão de Caim, inaugurou uma nova era, tornou-se garantia de Vida, fez os índios saírem da casa da escravidão, ressurgirem das sombras da morte e retornarem jubilosos às suas terras. Aí celebraram a Páscoa e cantaram de novo os cânticos do Senhor.

JOSP – Paulo afirma que a terra “geme em dores de parto”. Estaríamos ainda numa sexta-feira santa ecológica? Ou já existem sinais de ressurreição?

Dom Erwin – Ontem à noite, celebrei na comunidade Santo Antônio de Cipó-Ambé, perto da cidade de Altamira. Falei da paixão e morte do Senhor, que recordamos nesta semana, não na perspectiva de uma interminável Sexta-feira Santa, mas em vista da Páscoa da Ressurreição. Sei que o nosso povo tem mais afinidade com a Paixão do Senhor do que com a Ressurreição, pois experimenta diariamente a cruz.

Na merenda comunitária, depois da Santa Missa, alguns homens me falaram do igarapé Cipó, que já está com a água contaminada pelo novo lixão, uma obra planejada, “segundo padrões de primeiro mundo”, como fanfarreiam os construtores de Belo Monte. Esse igarapé é de vital importância para os colonos e suas famílias. A poluição do igarapé que perpassa a comunidade Santo Antônio é apenas mais um exemplo das gritantes agressões ao meio-ambiente que revelam o desrespeito ao nosso povo em suas necessidades mais elementares e resultam em menos qualidade de vida para as famílias. Mas, continuamos lutando pela Vida onde outros semeiam a morte.

Fonte: Nayá Fernandes – Jornal O São Paulo (publicada na Adital)



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Nota Pública da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia em apoio ao Cacique Babau
SÍTIO CEDEFES, 28.04.2014

A Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia – FINPAT vem através desta Nota Pública externar apoio irrestrito ao Cacique Babau Tupinambá, o qual foi preso nesta quinta feira (24/04/2014), pela Polícia Federal, em Brasília/DF, por acusações que não condiz com a verdade, sem provas materiais para comprovação do crime.

Como forma de protestar e repudiar a ação da Justiça Brasileira, Babau se apresentou à Justiça no Congresso Nacional, local onde são elaboradas e aprovadas as Leis que tanto rege este país e que não são cumpridas, principalmente a Constituição Brasileira, o Art. 231 que diz: São reconhecidos aos índios os seus direitos, costumes, línguas e tradições e as TERRAS que tradicionalmente ocupam, competindo a UNIÃO, proteger e demarcá-las...

Nesta prerrogativa, FINPAT REPUDIA A AÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO na prisão do CACIQUE BABAU TUPINAMBÁ, onde a posição deveria ser a Demarcação do Território Indígena Tupinambá de Olivença, como forma de garantir os direitos tradicionais/originários daquele POVO e cessar o conflito instalado na região de Ilhéus, Buerarema e Una, no Estado da Bahia.

O Governo Brasileiro, através de seus órgãos e instituições, mais uma vez querem calar o Povo Tupinambá com a prisão do Cacique Babau, que tanto luta pela garantia dos direitos indígenas, os quais estão sendo violados pelo próprio GOVERNO BRASILEIRO.

Antes da prisão do Cacique Babau, o visto de seu passaporte foi suspenso, como forma de impedir a viagem de BABAU ao Vaticano para audiência com o PAPA FRANCISCO, aonde iria à missão de paz em nome dos Povos Indígenas do Brasil para falar ao Santíssimo, sobre a violação dos direitos indígenas, principalmente a demarcação de terras. Esta é mais uma ação da Bancada Ruralista, que estão travestidos de GOVERNO, nos três Poderes da República para impedir a garantia dos direitos indígenas.

Cacique BABAU TUPINAMBÁ é o nosso guerreiro, nosso herói e líder de luta pelos Povos Indígenas da Bahia e do Brasil.

LIBERDADE AO LÍDER CACIQUE BABAU TIPINAMBÁ JÁ.....

Assinado: Vereador Cacique Aruã Pataxó

Presidente da FINPAT

Fonte: <http://racismoambiental.net.br/>

Carta de Apoio da Associação Ybytyra Poranga ao Cacique Babau
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.04.2014



Os povos indígenas estão passando por talvez o pior momento histórico em décadas, talvez séculos. O ataque aos direitos indígenas nunca foi tão voraz desde que iniciamos as discussões sobre direitos e democracia nesse país. Nesse contexto muitas terras indígenas vêm sendo alvo de cobiça do agronegócio, da especulação imobiliária e estão em processo de disputa entre os índios, seus legítimos donos, e aqueles que querem lhes roubar as terras. Nesse contexto, o povo Tupinambá de Olivença vem lutando contra os invasores de suas terras, uma elite poderosa de grandes agronegociantes e especuladores imobiliários que usam pequenos produtores rurais de fachada na briga contra os índios tupinambá. Em razão disso, os líderes tupinambá vêm sendo sistematicamente perseguidos, inclusive pelo poder público.

Na quinta feira do dia 24 de abril o Cacique Babau Tupinambá foi preso pela Polícia Federal em Brasília. Sabemos que sua prisão é um modo de tentar calar os líderes indígenas que hoje brigam pela conquista de seu território. Babau é um dos líderes do povo Tupinambá de Olivença que vem denunciando a espoliação de suas terras pelos fazendeiros. É alvo de calúnia e perseguição e esta prisão se dá baseada em inquérito policial falho, para dizer o mínimo, ouvindo

“testemunhas denunciadas pelo próprio cacique e investigadas pela Funai como não-indígenas que se passaram por Tupinambá para acessar benefícios. As próprias testemunhas confessam no inquérito que efetuaram a prática ilegal e ao mesmo tempo, sem provas, acusaram Babau

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

de ser mandante de assassinatos e exigir as orelhas das vítimas. (...) o inquérito e na decisão do juiz não há o contraditório. E a justiça acata a denuncia, sem provas e sem ouvir Babau, de pessoas sabidamente inimigas do Cacique, inclusive por terem elas cometido crime ao se declararem indígenas.” (Nota do CIMI).

Exigimos que Babau seja solto, sua luta pela defesa de suas terras e a sobrevivência de seu povo não pode ser combatida pelo Estado em favor de invasores de terras indígenas, é lamentável que tenhamos que lutar para sobreviver e sermos impedidos de usufruir de nossas terras que são nossas por direito. É trágico imaginar que esse país já foi um país indígena, pois quando Pedro Alves Cabral chegou nessas terras aqui estávamos e continuamos aqui. Porém, nossa luta hoje é brigar por “pedaços” de terra, aquilo que nos sobrou e ainda assim é alvo da cobiça de gente sem escrúpulos.

Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu
Pela Ybytyra Poranga
Cacique Nailton Muniz

Projeto apoiado pelo Fundo Dema consegue parceria do Ideflor para reflorestamento de áreas de território quilombola em Monte Alegre
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.04.2014



Moradores da comunidade quilombola Peafu, em Monte Alegre, oeste paraense iniciam projetos de reflorestamento e recuperação de áreas de proteção permanente com o apoio do Ideflor e do Fundo Dema.

As famílias já receberam mudas de açaí, cupuaçu e andiroba e iniciaram os plantios. A doação e a formação faz parte do projeto "Produção de mudas frutíferas e essências florestais para recuperar área de preservação permanente" da Associação Hortoflorestal de Monte Alegre com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará (Ideflor),

em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura (Semagri), Sindicato dos Trabalhadores e das trabalhadoras Rurais (STTR) e Comissão Executiva de Lavoura Cacaueira (Ceplac).

O projeto apoiado pelo Fundo Dema é de Recuperação de área de proteção permanente (APP), as margens da área do igapó e pântano da comunidade de PEAUFÚ. Está prevista a produção de 20.000 mudas de açaí e essências florestais nativas e a capacitação de 30 comunitários em manejo de açaizal nativo e plantado. Também serão recuperados 30 hectares de APP e implantação de Unidade Demonstrativa de 01 hectare na comunidade. Além de recuperar o meio ambiente, um dos objetivos é movimentar o Festival do Açaí que é realizado na comunidade desde 1991.

"Juntamente com este projeto a gente aprovou um segundo, financiado pelo Fundo Dema, que é de construção do viveiro aqui. A gente está doando, ensinando a plantar, mas está ensinando eles a produzirem as mudas para no próximo inverno continuarem plantando, então vai melhorar o festival do açaí, vai melhorar uma série de atividades aqui na comunidade"- Itajury Kishi (coordenador do projeto).



Ibama desmonta garimpos ilegais em terra indígena Kayapó, no Pará

SÍTIO G1, 28.04.2014

*Dois acampamentos foram destruídos e oito motores apreendidos.
Ação teve apoio da Força Nacional, Funai e Polícia Militar do Pará.*

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) desativou oito garimpos que atuavam ilegalmente na Terra Indígena do Baú, no sudoeste do Pará, área onde vive a nação Kayapó. Durante a ação, que contou com o apoio da Força Nacional, da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Polícia Militar do Estado do Pará, foram destruídos dois acampamentos e oito motores de bomba, que seriam utilizados para lavar os barrancos e assim extrair minério.

De acordo com o Ibama, três responsáveis foram notificados, 40 garimpeiros identificados e retirados do interior da terra indígena e mais 60 retirados do entorno. Entre os oito garimpos identificados, seis são de grande porte e dois de pequeno porte.

“A destruição causada pelo garimpo é muito mais forte que o desmatamento em si, pois polui e absorve vários aspectos sociais degradantes, como tráfico de drogas, prostituição, exploração do trabalho infantil e trabalho escravo”, afirmou o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano Evaristo.

Ainda segundo o Ibama, o objetivo da ação é impedir o a expansão de garimpos no interior da terra indígena, que estão localizados a cerca de seis quilômetros do rio Curuá, próximo a Altamira, que abastece as aldeias indígenas dos Kayapós tanto na terra indígena do Baú quanto na terra indígena Menkragnoti.



Quilombolas são ouvidos em consulta pública sobre projeto da Vale

SÍTIO PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, 28.04.2014

Consulta sobre projeto de extração e usina de beneficiamento de carnalita durou três dias e ouviu as comunidades Patioba, Cantagalo e Terra Dura/Coqueiral

Na última semana, de 23 a 25 de abril, as comunidades quilombolas Patioba (Japaratuba), Terra Dura/Coqueiral (Capela) e Cantagalo (Capela) participaram de uma consulta pública sobre o projeto da Vale de extração de carnalita e construção de uma usina de beneficiamento nos limites dos dois municípios. Participaram da reunião além das comunidades e da própria Vale, o Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE), a Fundação Cultural Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema).

O plano básico ambiental quilombola, construído em oficinas de trabalho prévias entre a Vale e as comunidades, foi aprovado na consulta pública com algumas condicionantes. A primeira delas é que a Vale apresente uma solução para as áreas em que serão construídos os equipamentos coletivos, como creches, centro comunitário para as associações, lavanderias, posto de saúde, dentre outros.

Também condicionaram a aprovação à ampliação do programa de comunicação social, com o apoio da empresa na criação de uma rádio comunitária que atenda as três comunidades quilombolas.

A área da instalação da usina e as lavras de extração coincidem com territórios reivindicados pelas comunidades como territórios tradicionais quilombolas. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que obrigatoriamente deve se realizar consulta prévia, livre e informada sempre que um projeto afetar povos tradicionais, como quilombolas. O plano básico foi apresentado como forma de compensação e mitigação dos impactos que as comunidades sofrerão com a instalação da usina.

Para a procuradora da República Lívia Nascimento Tinôco, que representou o MPF na consulta pública, a construção do plano conjunto entre Vale e comunidades representa um fortalecimento da noção de que as comunidades quilombolas devem ser consultadas nos processos de licenciamento ambiental. A procuradora ressaltou ainda que esta construção é inédita na história da empresa.





MANIFESTAÇÃO: ÍNDIOS FECHAM ESCRITÓRIO DA FUNAI EM GUAJARÁ-MIRIM
SÍTIO RONDÔNIA ACONTECE, 29.04.2014

Por volta das 10 da manhã de segunda-feira, 28, dezenas de índios de várias etnias que habitam em Guajará-Mirim concentram-se em frente ao escritório da coordenação local da Fundação Nacional do Índio (Funai) e fizeram com que os funcionários do órgão deixassem o local de trabalho.

O líder do movimento, professor Milton Oro Nao, que mora na localidade de Capoeirinha, no rio Pacaás Novos, explicou que o movimento é pacífico e visa a substituição do atual coordenador a quem acusam de omissão com as causas indígenas. Além disso, eles reivindicam mais atenção nas áreas de saúde e educação e assistência às famílias atingidas pelas cheias que, segundo ele, estão abandonadas e entregues à própria sorte.

Milton afirmou ainda que deverão chegar mais índios das áreas ribeirinhas e terrestre para engrossar o movimento reivindicatório. "Não tem prazo para eles abandonarem o local e que só o farão quando a presidência da Funai, em Brasília, anunciar a demissão do atual coordenador e medidas para atendê-los. Quanto a um novo nome para substituir o atual coordenador, as lideranças se reunirão para definir esse novo nome", completou.

O líder indígena disse que seu povo quer mais médicos, medicamentos, cestas básicas para atender os atingidos pelas enchentes e também a implantação de um Distrito Indígena em Guajará-Mirim, que hoje funciona em Porto Velho e que a demanda populacional indígena é quase toda em Guajará-Mirim.

Presente à manifestação estava também o vereador Arão, eleito pelos povos indígenas, que hipotecou apoio e solidariedade ao seu povo. Ainda durante a manifestação, chegou ao local o Delegado da Polícia Federal em Guajará-Mirim acompanhado de um Agente para manter conversação com os índios que ocupavam o local. Até o fechamento desta matéria não se tinha informações do resultado da conversação.

Polícia Civil confirma que morte de agricultores em confronto com índios foi causada por armas de fogo

SÍTIO AGRICULTURA RURAL BR, 29.04.2014

Prefeito de Faxinalzinho, Selso Pelin, afirma que casa do vice-prefeito está cercada por dezenas de índios



Foto: Au Online/Divulgação
Confronto ocorreu na noite de ontem

A Polícia Civil de São Valentim (RS) confirmou, na manhã desta terça, dia 29, que a morte dos dois agricultores em confronto com indígenas, na noite de segunda, dia 28, em Faxinalzinho, no Norte do Rio Grande do Sul, foi causada por disparos de armas de fogo, conforme a perícia de Passo Fundo. A informação é do escrivão da Polícia Civil José Marinho.

Dois produtores rurais, de 27 e 33 anos, morreram depois que índios bloquearam a estrada que dá acesso à zona rural do município. Os agricultores tentaram liberar a pista, o que teria gerado uma briga que resultou na morte dos irmãos Anderson e Alcemar Souza.

O prefeito de Faxinalzinho, Selso Pelin, informou, nesta manhã, que o vice-prefeito, James Ayres Torres, está cercado em casa por dezenas de índios.

– Os caminhões carregados de ração tinham que chegar às propriedades e não conseguiam. Os índios atacaram os produtores e perseguiram dois deles, atirando com arma de fogo e os executando a pauladas e pedradas – afirmou o prefeito.

Segundo ele, a comunidade indígena local, que vive em um terreno do Estado gaúcho, reivindica a área há 12 anos, mas uma liminar emitida pela Justiça em 2005 determina que a área não é indígena. A economia de Faxinalzinho, que tem cerca de 2,5 mil habitantes, é agrícola, com destaque para a produção trigo, milho e soja.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Segundo Pelin, a convivência entre índios e produtores não era pacífica. O protesto de ontem foi resultado da falta de uma posição clara do Ministério da Justiça, que teria adiado audiências para tratar das demarcações. Em manifestação, os índios bloquearam as estradas vicinais.

Reforços da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Brigada Militar já foram deslocados para a região a fim de evitar novos confrontos. O coordenador Regional da Funai pediu à direção do órgão em Brasília que um representante vá até o Estado. Uma perícia foi realizada no local no final da noite. De acordo com o delegado de Polícia de São Valentim Sérgio Luiz Zanatta, foram utilizados cartuchos de arma 12 e 28. Procurado pela nossa produção, o Ministério da Justiça informou que não vai se manifestar.

Dois agricultores são mortos por índios em conflito agrário no RS
SÍTIO JORNAL O GLOBO, 29.04.2014



Um dos corpos é retirado do local onde ocorreu o crime em Faxinalzinho (RS) José Bertoldi/Agência RBS

PORTO ALEGRE – Um grupo composto de 30 índios perseguiu e matou dois agricultores em Faxinalzinho, no norte do Rio Grande do Sul, na noite desta segunda-feira, depois que as vítimas furaram um bloqueio de estrada mantido desde domingo. Segundo a Brigada Militar, os irmãos Anderson de Souza, de 27 anos, e Alcemar de Souza, de 36 anos, foram mortos a pauladas e a tiros na Linha Coxilhão, a 15 quilômetros da sede do município. Os indígenas estão acampados há 12 anos na região reivindicando a remarcação de terras.

De acordo com o capitão Mauri José Bergmann, da 4ª Companhia da Brigada Militar em Faxinalzinho, os agricultores queriam transportar uma carga de ração para a propriedade da família. A estrada estava bloqueada com árvores. Depois de desobstruir a rodovia e passar a carga, os produtores foram perseguidos e alcançados em casa pelo grupo. Após a execução, foram jogados em uma lavoura de milho à beira de uma ribanceira.

Quando chegamos ao local os indígenas estavam em fuga. Era um grupo grande, umas 30 pessoas. A princípio, as mortes foram provocadas por pauladas e tijoladas. Mas os corpos também tinham marcas de tiro de armas longas – disse o capitão.

O crime ocorreu em uma estrada vicinal conhecida como Coxilhão, na localidade de Nossa Senhora Aparecida. Segundo o oficial, a situação “está controlada”. A cidade de 2,9 mil habitantes fica a 433 quilômetros ao norte de Porto Alegre. Ninguém foi preso.

CONT.



A reserva do Votouro está em disputa há mais de uma década. Em março de 2002, um grupo de 150 índios acampou no local reivindicando a posse da terra. Desde então, os bloqueios são frequentes na região.

Funai diz ter sido pega de surpresa

O coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Passo Fundo, Roberto Perin, lamentou as mortes e disse que o órgão “foi pego de surpresa” pela manifestação.

- Ainda não sabemos realmente o que ocorreu. Já pedimos para Brasília a presença de um especialista em conflitos violentos para medir a situação – afirmou.

A Polícia Federal também deve enviar um representante ao local para investigar as circunstâncias das mortes. Segundo relato do secretário de Administração do município, Júlio Pires Luz, a situação no local esta manhã “está tensa”.

A comunidade indígena, de acordo com ele, recebeu reforço de uma área demarcada de Benjamin Constante, município vizinho a Faxinalzinho.

- A Brigada Militar não tem efetivo para atuar, já que o bloqueio conta com a presença de mais de 100 índios. A Polícia Federal também não deslocou ninguém, nem a Funai. Estamos com medo – disse.

Segundo Luz, a demarcação de 2,7 mil hectares reivindicados pelos índios “arruinaria” a economia de Faxinalzinho, que tem como base a agricultura familiar.

O prefeito de Faxinalzinho, Selso Pelin (PPS), reclamou da “negligência” do governo federal com a disputa de terras na região.

- Pedimos reforço da Brigada Militar porque sabíamos que os índios estavam armados e que o clima esquentaria. Pedimos providência à Promotoria Pública, mas infelizmente não deu tempo. Tudo tem que ser feito por etapas e somente a Polícia Federal pode agir nas questões indígenas – reclamou o prefeito.

A Justiça concedeu em 2008 uma ação de despejo contra os indígenas, mas até agora a ordem não foi cumprida, segundo Pelin. O prefeito afirmou que os índios permitiram a passagem de apenas uma ambulância para auxiliar a família dos agricultores mortos.

Índios são enforcados em distrito de Ilhéus, no sul do estado
SÍTIO BAHIA POLÍTICA, 29.04.2014



Pai e filho foram encontrados mortos na manhã desta segunda-feira (28) em Santana, distrito de Ilhéus, no sul baiano. De acordo com informações de agentes da delegacia de Buerarema, os índios Antonio Raimundo dos Santos, de 60 anos, e Elan Conceição dos Santos estavam enforcados dentro de uma casa.

Os corpos foram removidos durante a noite para o Instituto Médico Legal de Ilhéus. Os agentes da delegacia de Buerarema informaram que o crime será investigado pela Polícia Civil de Ilhéus. No início do mês, no dia seis, um outro índio foi assassinado na região. A região de Buerarema passa por um conflito por terras que envolve agricultores e índios tupinambás.



IPHAN distribuirá R\$ 1 milhão em prêmios para ações de preservação, valorização e documentação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.04.2014

Inscrições devem ser feitas até 5 de julho. Categorias são voltadas a ações de preservação realizadas pelo Instituto ou desenvolvidas por associações representativas

SEPPIR – As inscrições para a primeira edição do Prêmio Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, lançado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), estão abertas até o dia 5 de julho. A previsão é de que o resultado final seja divulgado no dia 18 de setembro. O edital foi publicado nesta segunda-feira, 28, no Diário Oficial da União.

A iniciativa vai distribuir R\$ 1 milhão, sendo dez prêmios no valor de R\$ 40 mil e 25, no valor de R\$ 24 mil e tem como objeto o reconhecimento às ações de preservação, valorização e documentação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

As inscrições devem ser feitas na ficha disponível no site do Instituto (www.iphan.gov.br) e nas superintendências estaduais e enviadas pelos Correios para o endereço: SEPS 713/913, Bloco D, Edifício IPHAN Sede, 4º andar, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.390-135.

Podem concorrer pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que sejam representantes dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e que tenham desenvolvido ou estejam desenvolvendo ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural do público-alvo em qualquer parte do território nacional.

Os concorrentes devem escolher entre: Categoria 1, que premiará ações realizadas de preservação do Patrimônio Cultural Tombado ou em Processo de Tombamento pelo IPHAN, que tenham sido desenvolvidas pelas associações representativas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana ou; Categoria 2, para ações de preservação do Patrimônio Cultural que tenham sido desenvolvidas pelas associações representativas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana sediados em qualquer parte do território nacional.

O processo de seleção será conduzido na fase de habilitação por uma Comissão Técnica formada por técnicos do IPHAN. Na segunda, de avaliação, além dos técnicos do órgão, a comissão terá representantes da SEPPIR e da sociedade civil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Lançamento

O prêmio foi lançado durante a oficina de trabalho "Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana", realizado pela Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SECOMT/SEPPIR), em Brasília, entre os dias 23 e 26 de abril. Participaram cerca de cem representantes de comunidades tradicionais de matriz africana de todo o Brasil.

O edital tem, inclusive, como referência os grupos beneficiados e as ações previstas no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, coordenado pela SEPPIR e cujos resultados iniciais foram avaliados no evento.

O edital completo pode ser acessado [aqui](#)



Disputas por posse de terra no Brasil mataram 15 índios em 2013, diz CPT

SÍTIO AMAZÔNIA, 29.04.2014

É o maior número desde o primeiro relatório de comissão, feito em 1985. Governo tenta conter conflitos e incluiu 99 índios em lista de proteção.

Levantamento sobre mortes ocorridas no campo por consequência de conflitos agrários aponta que 34 pessoas foram assassinadas em 2013, sendo 15 delas indígenas. O número de índios mortos nessa circunstância é o maior já registrado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde 1985 divulga esse tipo de estatística.

A maior parte dos óbitos de índios (5) ocorreu em Roraima, com Yanomamis. Em seguida, vem a Bahia (4), onde uma disputa antiga entre fazendeiros e Tupinambás no sul do estado obrigou o governo federal a enviar a Força Nacional para conter a violência.

Mortes por conflitos de terras em 2013



Mato Grosso do Sul registrou três mortes de guaranis. Amazonas, Pará, Paraná tiveram uma morte de indígena cada. As demais vítimas, um total de 19, são posseiros, sem-terras, trabalhadores rurais, pescadores e assentados.

Os dados a que o G1 teve acesso fazem parte do relatório "Conflitos no Campo Brasil 2013", que será lançado na próxima semana. Segundo a CPT, a morosidade por parte do governo para demarcar territórios para povos nativos foi o estopim para os conflitos.

O Ministério da Justiça afirma trabalhar na instalação de mesas de negociação para alcançar um diálogo entre as partes e coibir as disputas.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) diz que processos de demarcação de terras indígenas estão em andamento e reconhece a necessidade de se criar mais territórios para os povos no Centro-Sul, Sudeste e Nordeste, onde vivem 554 mil índios.

A Secretaria de Direitos Humanos, ligada à Presidência da República, informou que 99 indígenas ameaçados de morte foram incluídos no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, que fornece proteção especial. A lista total tem 417 nomes.

Motivos

Os dados foram levantados por agentes da CPT distribuídos nos estados e cruzados com informações publicadas em diversos veículos de mídia. O estudo é feito desde 1985.

CONT.



Os conflitos, segundo o relatório, ocorrem principalmente com madeireiros, mineradores, grileiros, além do próprio governo federal, com a instalação de grandes obras de infraestrutura.

O documento diz ainda que, das 15 tentativas de assassinato no campo, 10 foram com indígenas; das 241 ameaças de morte registradas pelos agentes, 34 foram direcionadas a índios e, das 143 prisões efetuadas em decorrência das disputas por terra, 36 ocorreram com indígenas.

Segundo Isolete Wichinieski, da coordenação nacional da comissão, as mortes aumentaram em consequência da demora na aprovação de novas áreas demarcadas especialmente para os índios, serviço realizado pela Funai. "A principal garantia de sobrevivência dessas comunidades é a defesa de seu território. O governo tem que garantir", explica.

Cleber Buzzato, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), confirma que o não prosseguimento das demarcações de terras para os índios é um dos motivos, mas ressalta que realização de discursos inflamatórios que incitam a violência contra as populações de diversas etnias é outra causa.

Ele cobra do governo o cumprimento da Constituição e a continuidade da demarcação, com a publicação de portarias que definem onde estão os territórios. "Cria-se uma demanda na comunidade por ações políticas. Parte dessas ações se traduzem na retomada de parte de suas terras", explica.

Novos territórios em estudo

Segundo a Funai, atualmente há 426 terras indígenas regularizadas, que representam 12,2% do território nacional. Mas a maioria delas (98,75%) se encontra na Amazônia Legal, enquanto que 554.081 dos 896.917 índios existentes no Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2010, estão nas outras regiões, que concentram 1,25% da extensão de terras indígenas demarcadas.

A fundação tem conhecimento dos conflitos envolvendo regularização fundiária, "sobretudo em áreas cujo processo de colonização é mais truncado", e afirma que estão em andamento processos para determinar novos territórios apenas para os índios.

Atualmente há 128 estudos para criação de novas áreas indígenas e processos ainda não concluídos que destinariam 64,7 mil km² do território do país a diversas etnias indígenas.

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, 99 índios de todo o país, ameaçados por envolvimento em conflitos relacionados à demarcação e regularização de terras, recebem proteção especial.

Eles foram incluídos no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, que não está voltado apenas à proteção da vida e da integridade física deles, mas, segundo a SDH, foca também na articulação de medidas e ações que refletem nas causas que geram as ameaças e as situações de risco.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Entre elas está a realização de audiências públicas para a solução de conflitos, divulgação do trabalho do defensor, acompanhamento de investigações e denúncias, além da retirada provisória do defensor do seu local de atuação, em casos excepcionais.

O Ministério da Justiça informou que atualmente há mesas de negociação para conter conflitos entre índios e agricultores em Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Nos próximos dias, o mesmo tipo de instrumento vai ser instalado no Rio Grando do Sul.

Bahia: um caldeirão prestes a explodir

Um dos conflitos mais acirrados em andamento acontece no Sul da Bahia, onde os Tupinambás pedem a demarcação de uma área de 480 km², localizada em Ilhéus, Una e Buerarema, que seria originalmente ocupada por eles. O local abriga 600 propriedades rurais, de agricultores que não querem deixar as suas terras e ter prejuízo com a produção.

No ano passado, quatro índios foram mortos no segundo semestre e, por conta disto, homens da Força Nacional de Segurança seguiram para evitar mais homicídios.

Novos desdobramentos foram registrados nesta quinta-feira (24), quando o cacique Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau, da comunidade indígena Tupinambá Serra do Padeiro, se entregou na sede da Polícia Federal em Brasília.

Ele teve a prisão temporária decretada pelo juiz da Vara Criminal de Una por ter sido supostamente o mandante do assassinato do produtor rural Juraci dos Santos Santana, de 44 anos. O agricultor foi morto a tiros por quatro homens no dia 10 de fevereiro deste ano. O cacique nega participação no crime e, segundo ele, decidiu se entregar em Brasília porque teme ser assassinado na cidade baiana.

Buzzato, do CIMI, afirma que o conflito agrário na Bahia poderia ser resolvido com a publicação de uma portaria, por parte do Ministério da Justiça, que delimita a área onde os índios podem viver – o que acarretaria na retirada de qualquer não-índio, com provável indenização.

Um estudo elaborado pela Funai sobre a área (que causou divergências entre o órgão e o MJ, mas que depois foi aceito pelo ministério) norteou a elaboração da portaria que vai ser base para outros processos de demarcação pelo país, incluindo dados sobre indenizações a agricultores. No entanto, segundo o MJ, não há previsão para o documento ser publicado no Diário Oficial da União e, com isso, virar normativa no Brasil.

Ainda de acordo com o ministério, uma mesa de negociação para que índios e agricultores dialogassem foi instalada no estado, reunindo diversas lideranças, o que, segundo o governo, esfriou os ânimos até que a portaria passe a valer.

Por: Eduardo Carvalho

Fonte: G1



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Indígenas bloqueiam rodovia de MS em protesto, diz polícia

SÍTIO CAARAPO NEWS, 29.04.2014

Indígenas bloqueiam, desde 8h desta terça-feira (29), a BR-060, próximo ao trevo da cidade de Nioaque, que fica a 187 quilômetros de Campo Grande. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a pista está totalmente interditada.

Cerca de 50 índios estão no protesto e, de acordo com a PRF, eles alegam que estão fazendo a manifestação por conta das condições precárias da rodovia.

Ainda conforme a PRF, o congestionamento no trecho passa de um quilômetro nos dois sentidos.



"O momento anti-indígena", na Unicamp, dia 30 de abril, às 16h
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.04.2014

BELO MONTE TRANS
FRANCISCO AGRON
MINERAÇÃO PEC 21
CPEI
QUARTAS DA ANTROPOLOGIA
CONJUNTURA INDÍGENA
O MOMENTO
ANTI-INDÍGENA
uma conversa com
Henyo Barreto e Márcio Meira
30/04/2014
16H NO AUDITÓRIO I
PEIROBRAS KATIA AL
QUEIMADAS HIDRELÉ
NTE TRANSPOSIÇÃO
AGROPECUÁRIA
Organização:
Prof. Dr. José Mauricio Arruti
Promoção:
Departamento de Antropologia
CPEI - Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena
Apoio Técnico:
Secretaria de Eventos - IFCH
UNICAMP

Índio É Nós - Neste dia 30 de abril, evento de Conjuntura Indígena do CPEI (Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena da Unicamp), coordenado pelo professor José Maurício Arruti, em parceria com o Departamento de Antropologia da Unicamp). O professor Henyo Trindade Barreto Filho, diretor do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), falará com o antropólogo e ex-presidente da Funai Márcio Meira sobre "O Momento Anti-Indígena".



Quilombolas protestam na porta do TJMG, no Centro de BH

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.04.2014

Grupo se manifesta contra a condenação de cinco quilombolas acusados de assassinato em 2012

Luana Cruz - Estado de Minas

Quilombolas de Brejo dos Crioulos, comunidade do Norte de Minas Gerais, fazem uma manifestação nesta terça-feira em frente ao prédio do Tribunal de Justiça de Minas (TJMG) na Rua Goiás, Centro de Belo Horizonte. Segundo a Polícia Militar (PM), são cerca de 50 pessoas protestando contra a condenação de cinco quilombolas acusados de assassinato. O grupo pede a nulidade do processo.

Conforme a PM, o protesto é pacífico e não há interdições de trânsito. Advogados da Associação do Brejo dos Crioulos vai entrar com recurso para anulação da sentença na tarde desta quarta e os manifestantes ficarão na porta do prédio para apoiar ao advogados.

Os cinco quilombolas foram condenados pela morte de um jagunço durante confrontos no território ocupados por eles em 2011. Um decreto federal determinou a reintegração de posse para saída das famílias de um terreno no Norte de Minas e houve confusão no dia da retomada das terras.

Os quilombolas tiveram a prisão decretada 12 dias após o conflito. O homem morto seria funcionário do prefeito de Varzelândia, que também é fazendeiro na região. Em janeiro deste ano, cerca de 120 famílias quilombolas de Brejo dos Crioulos reocuparam a fazenda do prefeito. Desde então, o clima está tenso na região, com ameaças entre as partes, tiroteios e disputas.

Protesto de integrantes de ocupação quilombola movimenta TJMG
SÍTIO BHAZ, 29.04.2014



Quilombolas resistem a confrontos com fazendeiros no Norte de Minas.
Grupos disputam terreno ocupado por cerca de três mil pessoas.
Foto: Divulgação/BlogAssociaçãoQuilombola

Uma manifestação organizada por integrantes da Associação Quilombola Brejo dos Crioulos movimenta o entorno da sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), na região Central de Belo Horizonte, desde o início da manhã desta terça-feira (29).

O ato, que conta com participação de cerca de 100 pessoas, tem como objetivo acompanhar o julgamento de um recurso que envolve a acusação de cinco quilombolas pela morte de um pistoleiro. O homem morreu, em 2011, durante confronto entre fazendeiros e moradores do Brejo dos Crioulos, que disputam o território localizado na divisa de Varzelândia, Verdelândia e São João da Ponte, no Norte do Estado. Ao todo, cerca de 3 mil pessoas vivem na ocupação.

De acordo com a assessoria do TJMG, um quilombola responde em liberdade, enquanto outros quatro continuam presos acusados de homicídio. O órgão deverá julgar, na tarde desta terça-feira, um recurso apresentado pelo advogado dos suspeitos. A defesa pede nulidade do processo por que considera não existir provas suficientes que comprovem que o grupo assassinou o pistoleiro.

Ainda segundo o TJMG, o protesto dos integrantes da Associação Quilombola acontece de forma pacífica. Os manifestantes estão tocando instrumentos típicos desde que chegaram ao local. A BHTrans não registrou reflexos da movimentação no trânsito.

Comissões têm pressa em apurar crimes contra povos indígenas

SÍTIO CEDEFES, 29.04.2014

Convênio entre a Assembleia e a Comissão da Verdade poderá ser agilizado a pedido da Comissão de Direitos Humanos.



Participantes da audiência pública defenderam mobilização social em favor da reparação dos povos indígenas do Estado - Foto: Guilherme Dardanhan

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) vai solicitar ao presidente da Casa, deputado Dinis Pinheiro (PP), que agilize o processo de convênio entre o Parlamento estadual e a Comissão Estadual da Verdade (CEV), no sentido de apurar os crimes cometidos contra os povos indígenas no Estado durante a ditadura militar.

O compromisso foi firmado pelo presidente da comissão parlamentar, deputado Durval Ângelo (PT), perante lideranças indígenas e o presidente e o coordenador da CEV, respectivamente Antônio Romanelli e Betinho Duarte, em audiência pública realizada na ALMG na tarde desta segunda-feira (28/4/14). Na ocasião, convidados e demais participantes defenderam a mobilização social em favor da reparação cível e penal dos povos indígenas do Estado, em razão das inúmeras violações de direitos humanos sofridas por essas comunidades durante os chamados anos de chumbo.

Foram mencionadas, em particular, as torturas cometidas em dois centros de detenção, geridos e vigiados por policiais militares, destinados a índios tidos como infratores: o Reformatório Krenak, em Resplendor, e a Fazenda Guarani, em Carmésia, municípios da região do Vale do Rio Doce. As duas cadeias foram classificadas pelos participantes da reunião como

CONT.



verdadeiros “campos de concentração”, equiparáveis aos campos nazistas, como observou um dos convidados da audiência, o procurador Edmundo Antônio Dias Netto Júnior, da Procuradoria Regional de Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Convocada a requerimento do deputado Durval Ângelo, como desdobramento do Ciclo de Debates Resistir Sempre, Ditadura Nunca Mais, promovido pela ALMG, a audiência teve por finalidade debater a situação dos povos indígenas no Estado e no País, considerando-se desde as históricas violações aos direitos humanos até os desafios da atualidade. Além dos representantes da Comissão Estadual da Verdade, também participaram da reunião os caciques Domingos Xacriabá e Toninho Maxacali, entre outros.

Grupo vai apurar denúncias sobre a Guarda Rural Indígena

A audiência resultou também na criação de um grupo formado por lideranças indígenas, pesquisadores e defensores da causa dos índios, destinado a discutir os massacres que vitimaram índios em Minas Gerais, a partir da criação, no final da década de 60, da Guarda Rural Indígena (Grin), treinada pela Polícia Militar, sob o comando do coronel Manoel dos Santos Pinheiro. Denúncias apontam graves violações dos direitos das populações indígenas, como torturas e chacinas, além de desrespeito à cultura dos povos tradicionais.

Ao abrir a audiência, o deputado Durval Ângelo denunciou o “processo de dizimação e silenciamento” a que foram submetidos os povos indígenas desde a chegada do homem branco ao Brasil, e em particular durante o regime militar. “Historicamente as culturas tradicionais nunca foram respeitadas e consideradas, mas esse processo se acentuou durante a ditadura militar”, disse. Ele considera fundamental que os crimes desse período sejam agora apurados. “O Brasil tem uma dívida histórica com os povos indígenas, como tem também com os quilombolas”, ressaltou.

Betinho Duarte elogiou o trabalho da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, bem como a lei que criou a Comissão da Verdade em Minas Gerais, cujo texto original foi aprimorado até ela se tornar, segundo ele, a mais avançada do País. Foi dele o pedido para que a Comissão de Direitos Humanos tente agilizar a assinatura do convênio entre a Comissão da Verdade e a Assembleia Legislativa e o pedido para realização de audiências públicas para discutir o papel da Igreja durante o regime militar e os atentados terroristas em Minas Gerais no mesmo período.

Questão indígena foi militarizada

O coordenador do Conselho Indigenista Missionário Regional Leste, Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, denunciou “a militarização da questão indígena” mesmo antes da ditadura. Segundo ele, já nos anos 50 e 60 os militares eram colocados à frente de órgãos como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), com o respaldo da Constituição Federal de então, que preconizava a tutela do índio pelo Estado.

CONT.

Por trás dessa filosofia, denunciou, estavam interesses econômicos e mercadológicos de grandes empresários de olho nos ricos territórios indígenas. “A Constituição de 1988 mudou essa filosofia no papel, mas na prática a relação dos índios com o Estado não mudou muito”, disse.

Ainda segundo Antônio Eduardo, em Minas Gerais vivem 12 povos indígenas originais ou procedentes de outros Estados, que lutam por suas terras e detêm pouco mais de 60 mil hectares. “Muitos vivem em situação degradante, como o povo maxacali, próximo a Governador Valadares, que ocupa pouco mais de 5 mil hectares”, denunciou.

O vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais e coordenador do Projeto Armazém da Memória, de São Paulo, Marcelo Zelic, disse que o Reformatório Krenak é “parte de um iceberg de uma rede de cadeias clandestinas



Segundo Antônio Eduardo (à direita), muitos povos indígenas vivem em situação degradante em MG
Foto: Guilherme Dardanhan

que existem em vários pontos do País”. Segundo ele, em muitas áreas as práticas de tortura ainda permanecem. “O Estado brasileiro deve uma reparação coletiva a esses povos, e isso está ligado diretamente à demanda por terras indígenas”, denunciou, defendendo a demarcação das terras.

O procurador Edmundo Antônio Dias Netto Junior, do Ministério Público Federal, também denunciou “o grave etnocídio cometido contra os povos indígenas do País”, mencionou diversos artigos e documentos que abordam as violações de direitos humanos nos dois centros de detenção indígenas do Estado e disse que a Procuradoria Regional de Direitos do Cidadão já instaurou procedimentos para apurar os casos. Ele também defendeu a reparação cível, que pressupõe a indenização dos povos indígenas pelas perdas e danos morais, e a reparação penal, com a punição de torturadores e de todos os violadores dos direitos desse estrato da população.

O presidente da Comissão Estadual da Verdade, Antônio Romanelli, louvou a iniciativa da Assembleia Legislativa pela realização da audiência e também pediu agilidade na assinatura do convênio entre a ALMG e a CEV.

Emoção marca discurso de lideranças indígenas

Emocionado, o cacique Domingos Xacriabá falou das torturas e massacres que presenciou, ainda menino, em sua aldeia, no Norte de Minas, em 1987, quando seu pai, um tio e vários conhecidos foram assassinados por causa de disputas pela terra. Ele próprio, bem como sua mãe, foram feridos à bala. “Ao demarcarem nosso território, reduziram em 70% nossas terras, sofremos torturas e perseguições”, denunciou.

CONT.



Comovente foi também o relato da educadora pataxó Maria Flor Guerreira. “Pela primeira vez, hoje, escutei alguém falando das dores que nós temos, alguém que fala por nós, porque sempre fomos silenciados”, disse, chorando. “Isso me conforta porque vejo pessoas que compreendem a nossa luta, compreendem que somos todos humanos e que lutamos não só por nossas tradições, mas por toda a humanidade. Ao contrário dos brancos, que estão preocupados com dinheiro, nós precisamos da terra viva para comer”.

Alessandro Santos da Cruz, pataxó da comunidade Aldeia Barra Velha, cantou a dor da história de seu povo entoando uma música que retrata um massacre ocorrido em 1951. Finalizando, após ouvir o testemunho dos colegas e de vários pesquisadores e estudiosos presentes, o cacique Toninho Maxacali entoou um canto indígena em um dos 12 idiomas arcaicos que domina.

Audiências e visitas – Durante a reunião, o presidente da Comissão de Direitos Humanos disse que vai apresentar requerimentos propondo a realização de audiências públicas conjuntas com a Comissão Estadual da Verdade, com o objetivo de discutir o papel da Igreja durante a ditadura militar e os atentados terroristas ocorridos no mesmo período em Minas Gerais, entre eles o que resultou no incêndio de quatro gabinetes de parlamentares na Assembleia Legislativa.

O deputado Durval Ângelo também vai apresentar requerimentos propondo a realização de visitas a algumas aldeias xacriabás no Estado e o envio das notas taquigráficas da audiência desta segunda-feira a diversos órgãos públicos estaduais e federais com pedidos de informações e solicitação de cópias de documentos.

Fonte: www.almg.gov.br

Povo Munduruku convoca governo federal para discutir território indígena
SÍTIO CIMI, 29.04.2014



Após uma semana de intensas reuniões, indígenas da etnia Munduruku decidiram, em Assembleia com caciques e representantes de mais de 60 aldeias, convocar o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, o ministro de Minas e Energia, o presidente da Eletrobrás, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal (MPF) para uma reunião na próxima quinta-feira (1 de maio) na aldeia Sai Cinza, Jacareacanga, Pará. Entre as pautas estão a demarcação de uma terra indígena no Médio Tapajós, o fim de pesquisas e concessões de lavra no subsolo de terras indígenas.

A decisão aconteceu após o anúncio de uma audiência marcada para o dia 6 de maio, em Itaituba, onde deve ser apresentada a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) do Complexo hidrelétrico do Tapajós. "O governo fala que a gente não quer diálogo. Então, a gente decidiu que somos nós que temos que marcar audiência, consulta prévia, não o governo. O governo tem que ouvir e dialogar dentro do nosso território. Não somos nós que temos que ir atrás do governo. O governo que tem que vim e dialogar com o povo Munduruku dentro das aldeias", diz Kabaiwun Kaba, membro do movimento Munduruku Ipereg Ayu.

Em carta enviada por e-mail à Secretaria Geral da Presidência, os indígenas afirmam que antes de qualquer audiência e apresentação de estudos, os Munduruku querem a demarcação da Terra Indígena Sawré Maybu, localizada no Médio Tapajós, próximo de Itaituba. Outra demanda é a suspensão das autorizações de pesquisa e lavra mineral do subsolo em território indígena, emitidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral para grandes mineradoras, como a Vale. A empresa já possui licença para pesquisa mineral em grande parte do território indígena. Segundo Kabaiwun Kaba, os Munduruku decidiram que tanto as hidrelétricas quanto os projetos minerais previstos para o Tapajós devem ser combatidos pelos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

indígenas. "Para nós tudo é sagrado. Tanto o rio, a terra, o vento, o fogo, a floresta. Tudo é sagrado. Então, quando o governo diz que vai fazer alguma coisa na nossa terra, dói no nosso coração porque a gente faz parte de tudo isso", afirma.

O complexo Tapajós é um conjunto de sete grandes usinas hidrelétricas – São Luiz do Tapajós, Cachoeira do Caí, Jatobá, Jamanxin, Cachoeira dos Patos, Jardim do Ouro e Chacorão. Segundo informações publicadas no folheto de propaganda do complexo, o lago formado terá cerca de 800 km², quase o dobro da inundação prevista para a usina de Belo Monte.

Atraso na demarcação de terra e pressa no licenciamento

Com eleições marcadas para outubro deste ano, o governo federal vem tentando de todas as formas avançar com o processo de licenciamento do complexo de hidrelétricas do Tapajós. Um exemplo disso é que em 2012 a presidenta Dilma Russef reduziu os limites de sete unidades de conservação (UCs) para viabilizar a construção de oito grandes barragens na Amazônia, entre elas, a UHE São Luiz do Tapajós.

Se construída, São Luiz alagará os municípios de Trairão e Itaituba, além de comunidades indígenas ainda não demarcadas. No final de 2013, a presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, se comprometeu com os indígenas em publicar até março deste ano o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Sawré Maybu, porém, o relatório, já aprovado pela Diretoria de Proteção Territorial (DPT) até agora não foi divulgado no diário oficial da União.

Leia abaixo ou clique [aqui](#) para ler a carta na íntegra

Ao governo brasileiro e à sociedade brasileira

Nossos caciques, pajés, lideranças, guerreiros, mulheres e crianças do povo Munduruku, reunidos na terceira assembléia do Movimento Munduruku Ipereng Ayu, declaramos para o poder judiciário e a sociedade brasileira que temos total disposição para dialogar um processo democrático de consulta prévia, livre, informada e de boa fé, conforme a convenção 169 da OIT.

Para continuar esse diálogo, que não é negociação dos nossos direitos, convidamos o ministro Gilberto Carvalho, Ministro das Minas e Energia, Presidente da Eletrobrás, Funai, Ministério Público Federal e observadores da sociedade civil, para um encontro na aldeia Sai Cinza, município de Jacareacanga, PA, a ser realizado no dia 1 de maio de 2014.

Queremos que o governo prove sua boa fé, publicando o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawre Muybu do Médio Tapajós, e o cancelamento de todas as licenças de pesquisa e lavra no subsolo da Terra Indígena Munduruku emitidas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral para grandes empresas mineradoras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Assembleia Munduruku, aldeia Missão Cururu, 25 de abril de 2014

Respeitosamente,

Josias Manhuary Munduruku – Líder dos guerreiros

Maria Leusa Cosme Kaba Munduruku – Representante das mulheres

Vicente Saul Munduruku – Cacique aldeia Sai Cinza

Arlindo Kaba Munduruku – Cacique aldeia Missão



Nota Pública da ARPINSUL sobre o conflito que vem ocorrendo entre agricultores e indígenas

SÍTIO CEDEFES, 29.04.2014

Mais um episódio da omissão e morosidade por parte do poder público, que constantemente vem ocasionado conflitos relativos às questões territoriais dos Povos Indígenas, bem longe de se resolver pelo desleixo político e pela ratificação do poder e manipulação do agronegócio e do neodesenvolvimentismo.

A região sul tem sido um cenário bem explícito da truculência e persistência preconceito e violação dos direitos territoriais e consequentemente a indignação e revolta das comunidades indígenas que não suportam mais tanta demora na solução dos problemas sociais fundiários. Ver tantas famílias Kaingang e guarani jogadas a própria sorte na beira das estradas há anos, tantas crianças em extrema vulnerabilidade e tantos velhos vendo o fim de seus dias sem esperança de reconquistar suas terras roubadas na colonização e pela expansão agropecuarista.

A tensão e reação entre indígenas e agricultores no município de Faxinalzinho – RS e a morte dos 2 agricultores é só mais um exemplo de causa e efeito deste problema que ninguém do poder público quer assumir de verdade e deixam a mercê para que os conflitos se acirrem cada vez mais e promove ainda a opinião pública e agentes anti-indígenas para aumentar ainda mais o preconceito contra os indígenas da região.

O caso deve ser averiguado sim, mas o governo tem que entender que isso é uma consequência da sua própria falta de vontade política de assistir e atender de fato a questão indígena, regularização fundiária, do fortalecimento dos órgãos oficiais indigenistas, parar de ficar inventando “moda”, querendo a todo custo mudar a legislação e manipular os direitos indígenas para atender os anseios políticos e econômicos.

Caso contrário, a sociedade irá assistir ainda por muitos anos tantas mortes e violência no campo por conta da vergonhosa e histórica falta de respeito aos índios brasileiros e desrespeito também a própria Constituição Brasileira.

Fonte: ARPINSUL



O cinema chega aos assentamentos rurais e quilombos

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 29.04.2014

Foi assinado na tarde dessa quarta-feira, 16, no Palácio dos Bandeirantes, um convênio que dá oportunidade a crianças, adolescentes e adultos, que residem no campo, de experimentar pela primeira vez na vida a magia do cinema. A iniciativa é resultado de parceria entre a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Fundação Insitituto de Terras de São Paulo e Secretaria de Estado da Cultura. Assentamentos rurais e quilombos do Estado receberam kits de cinema compostos por tela de projeção de 3 x 4 metros, projetor, aparelho de DVD, mesa e caixas de som.

As doações dos kits estende a essas comunidades o programa da Secretaria da Cultura, que também beneficia diversas prefeituras, a maior parte com menos de 50 mil habitantes. Os municípios participantes podem aderir ao programa Pontos do MIS (Museu da Imagem e do Som). O MIS oferece o seu acervo de filmes e também apresenta oficinas e assistência técnica para montagem dos equipamentos.

Serão beneficiados 150 municípios e 17 assentamentos rurais e comunidades quilombolas, que se somam a outros 140 pequenos municípios paulistas, no Interior e Litoral, já incluídos no programa. No total, a Secretaria da Cultura já investiu R\$ 3,9 milhões, dos quais R\$ 219,3 mil foram direcionados aos assentamentos rurais e quilombos. Auditórios, bibliotecas, escolas, praças e plenários de câmaras municipais são utilizados pelas prefeituras para a exibição dos filmes.

Para Eloisa Arruda, essa é mais uma medida que diferencia a ação do governo do Estado nos assentamentos rurais e quilombolas. A secretária da Justiça disse que o Estado quer que as famílias das comunidades agrícolas estejam integradas às ações de cidadania e que a cultura e a educação façam parte dessas iniciativas. "Estamos levando os kits de cinema para os assentamentos e quilombolas, que por vezes são comunidades longínquas, distantes dos centros urbanos, e que vão ter oportunidade de mergulhar nesse universo mágico que é o cinema", afirmou.

Segundo o secretário estadual da Cultura, Marcelo Mattos Araujo, o cinema tem um efeito transformador. Ele disse aos prefeitos que espera que esse efeito também possa acontecer em suas cidades. "Por meio da doação dos kits, a população vai poder assistir gratuitamente a filmes que estiveram em exibição nas telas de cinema dos grandes centros", disse.

O governador Geraldo Alckmin participou da cerimônia, que contou ainda com a presença do diretor executivo do Itesp, Marco Pilla, de prefeitos e secretários municipais das cidades beneficiadas, do deputado federal Arnaldo Jardim, e dos deputados estaduais Beto Tripoli e Roberto Engler.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

A prefeitura do município de Bastos, Virgínia Fernandes, falou em nome dos prefeitos presentes. Ela agradeceu a doação dos kits de cinema, e disse que a sua cidade está entre as que não contam com cinemas.

Complemento cultural

A distribuição dos kits de cinema é o complemento cultural de um conjunto de ações que diferenciam as iniciativas de assentamento rural e de comunidades quilombolas. São Paulo é o único estado que optou por utilizar a suas terras devolutas para promover assentamentos rurais. "As ações em assentamentos e quilombos em São Paulo têm sido vitoriosas", disse a secretária estadual Eloisa Arruda.

O governador do Estado Geraldo Alckmim destacou, assim como a secretária Eloisa Arruda, outras iniciativas como o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) que compra a produção dos assentamentos rurais, sem intermediários para penitenciárias, escolas estaduais e hospitais da rede pública do Estado e o Programa Melhor Caminho, que recupera as estradas rurais. O Estado, disse o governador, também leva energia elétrica e fornece crédito agrícola, através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). "O que nós estamos fazendo hoje é levar a cultura ao encontro do homem rural. É importantíssimo elevar a qualidade de vida no campo", afirmou.

Hoje, o Estado conta com 176 assentamentos e 21 comunidades quilombolas reconhecidas.

Mais benefícios

A distribuição dos Kits de cinema faz parte de um conjunto de iniciativas de cooperação entre secretarias com o programa de assentamentos rurais e de comunidades quilombolas. A ideia partiu da secretária Eloisa Arruda e do diretor executivo do Itesp, Marco Pilla, que em 2011, resolveram constituir o Conselho Intersecretarial Gestor de Assentamento (GIGA-SP), que tem resultado na conquista de grandes benefícios, como é o caso do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS).

Outra iniciativa é o Programa Caminhos Quilombolas, que permitiu a recuperação de 121 quilômetros de estradas que dão acesso a 21 quilombos, localizados em sete municípios no Vale do Ribeira. O investimento total do Governo de São Paulo foi de R\$ 7,323 milhões e contou com a parceria do Itesp e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Esse ano, as estradas internas de 68 assentamentos da Região do Pontal do Paranapanema vão receber serviços de recuperação do leito carroçável, drenagem, controle de erosão, entre outros. Serão investidos R\$ 7 milhões nos trechos. Ao todo foram disponibilizadas 38.500 horas/máquina. O serviço será executado pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp). O investimento é uma ação do Governo do Estado que conta com recursos disponibilizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e parceria do Itesp.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

Para aumentar a oferta de água nos assentamentos serão perfurados 31 poços artesianos que fornecerão água para consumo humano em 28 assentamentos no Estado. A previsão é que os trabalhos comecem em abril de 2014. Os poços vão contar com investimentos de R\$ 5,183 milhões. O recurso do Governo de São Paulo foi disponibilizado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos.

Sem interlocutores do DNIT, Índios mantém bloqueio de rodovia na "curva da morte"
SÍTIO REGIÃO NEWS, 29.04.2014

Sem congestionamento, os Índios ficaram sem alternativas, passando negociar com os policiais rodoviários para que não interferissem na mobilização.



Sem interlocutores do DNIT, Índios mantém bloqueio de rodovia na "curva da morte"
Foto: Marcos Tomé/Região News

Cerca de 200 índios terenas da comunidade das aldeias Cabeceira; Água Branca; Taboquinha e Brejão estão desde as 7 horas da manhã de hoje no trecho entre os km's 509 e 512 da rodovia BR-060, região conhecida por Serra de Maracaju, em protesto pelas mortes de dois jovens ocorrida no último sábado (26).

Eles aguardam representantes do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para discutir solução no trecho onde os rapazes foram mortos, vítima de um acidente. Uma delegação de parlamentares de Sidrolândia liderados pelo líder do Prefeito, vereador Waldemar Acosta, esteve no local.

Vilma Felini (PSDB), Edno Ribas (PDT) e Cledinaldo Cotocio (PP) assumiram compromisso com as lideranças indígenas de compor uma Comissão, formado por autoridades dos municípios vizinhos, para pressionar os órgãos competentes a cerca de promoverem mudanças no traçado da rodovia e instalar redutores de velocidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 75/2014

Brasília, 29 de abril de 2014.

No início da mobilização a Polícia Rodoviária Federal (PRF) começou a orientar os condutores sobre a manifestação a cerca de 12 quilômetros antes, numa rotatória que a liga a BR-060 a rodovia MS-166. Em decorrência deste alerta, os condutores com destino a Nioaque optaram por uma rota alternativa, saindo no trecho interditado.

Sem congestionamento, os Índios ficaram sem alternativas, passando negociar com os policiais rodoviários para que não interferissem na mobilização. O bloqueio da rodovia não tem hora para terminar. Em instantes mais informações.